

Análise da efetividade de projetos socioambientais: estudo de caso em assentamento no arco de desmatamento na Amazônia Matogrossense

Analysis of the effectiveness of social environmental projects: case study of a settlement in the deforestation arc in the Amazon region of Mato Grosso

ALVARES, Suzana M.R.¹; FERRAZ, José Maria G.²

1 Rede de Agroecologia da Unicamp, Campinas/SP, Brasil, suzanamralvares@gmail.com; 2 Universidade Federal de São Carlos, Araras/SP, Brasil, ze2cordoba@yahoo.es

RESUMO: Nas áreas de maior ocorrência de desmatamento e queimadas na Amazônia a situação dos assentamentos de reforma agrária é particularmente crítica. O presente estudo busca, através dos conceitos e princípios da Agroecologia, analisar a efetividade do Projeto “Entre Rios Sustentável”, PADEQ/PDA/MMA, executado por uma associação de produtores, no processo de transição agroecológica em um assentamento no município de Nova Ubiratã, MT. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com dez famílias beneficiárias do projeto. Os resultados indicaram que projetos elaborados e executados com uma abordagem participativa, que atendam às necessidades concretas e particularidades dos assentados, com maior capacidade de adesão e melhor entendimento sobre seu processo de gestão e desenvolvimento podem ser mais efetivos. O envolvimento dos sujeitos locais e atores externos, a produção diversificada e de base ecológica de alimentos e produtos não madeireiros da floresta e ações voltadas para a comercialização são pontos-chave para o sucesso dessas iniciativas.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento de reforma agrária, Agroecologia, Abordagem participativa, Arco de desmatamento

ABSTRACT: In areas of severe deforestation and wildfiring in the Amazon, the situation of agrarian reform settlements is particularly critic. Through the Agroecological concepts and principles, the present study aims to analyse the effectiveness of the Project “Entre Rios Sustentável” PADEQ/PDA/MMA, developed by an association of farmers, as part of the agroecological transition process in a settlement in Nova Ubiratã, - MT. Semi-structured interviews were conducted with ten beneficiary families of the project. The results indicated that projects designed and implemented with a participatory approach, which address the specific needs and circumstances of the settlers, with greater adhesion capacity and better understanding of its management process and development are more effective. Involving local subjects as well as external actors, especially with actions aiming to financial return and commercialization seem to be key points for the success of such projects.

KEY WORDS: Agrarian reform settlement, Agroecology, Participatory Approach, Deforestation Arc

Introdução

O desmatamento e as queimadas das florestas tropicais são responsáveis por parte significativa das emissões de gases do efeito estufa, cujo aumento da concentração vem sendo apontado como causador de mudanças climáticas, incluindo o aquecimento global e eventos climáticos drásticos (NOBRE, 2004). A supressão da floresta por fogo ou corte, segundo o autor, modifica o ambiente local, tornando seu clima mais quente e seco. Os impactos incluem a perda de oportunidades para o uso sustentável da floresta, a perda de biodiversidade, a redução da ciclagem de nutrientes e da precipitação da água (FEARNSIDE, 2005). Atualmente, as áreas de maior concentração de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira formam um “arco” que se estende em porções dos estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Acre denominado de “arco de desmatamento” (BECKER, 2005). Dentre estes, Mato Grosso tem apresentado os maiores índices, em especial causados pelo avanço da pecuária, das grandes plantações de soja e de projetos rodoviários planejados (FEARNSIDE, 2006), como o eixo da Rodovia BR163, considerado um corredor de passagem entre a fronteira agropecuária e a floresta mais íntegra (MMA, 2013a).

Na Amazônia brasileira, Margulis (2003) ressalta a pecuária como principal atividade econômica e aponta os grandes e médios pecuaristas como os principais responsáveis pelos desmatamentos, reconhecendo nos pequenos proprietários uma contribuição direta muito menor. Indica ainda que os proprietários de pequenas áreas na Amazônia, muitas vezes desempenham o papel de fornecedores de mão de obra ou de agentes intermediários na legitimação da posse da terra para os grandes proprietários. Neste contexto, o processo de ocupação do solo, da forma como vem ocorrendo, produz queimadas e desmatamentos, iniciando-se com o corte seletivo

de madeira de lei, corte de grandes árvores, seguido pela queimada, a pecuária extensiva e em etapas posteriores instalam-se outras atividades (FASIABEN, et al., 2009), como por exemplo, a sojicultura que ocorre em grandes extensões de terra no Mato Grosso. Esse formato reflete a dinâmica de ocupação implementada pelos governos militares na década de 1970, orientada para integração nacional (FERREIRA e SALATI, 2005), na qual o desmatamento era a forma predominante de legitimar a posse da terra, permanecendo até hoje, visto que pastagens e áreas abertas são consideradas benfeitorias nos processos de legalização de posses (FEARNSIDE 2005), uma lógica que se repete nos assentamentos da reforma agrária. A situação da agricultura e produção familiar de assentamentos em algumas regiões da Amazônia é particularmente crítica, pois além das dificuldades compartilhadas com assentamentos do restante do país, convivem com grandes distâncias e estradas precárias, que muitas vezes impedem o acesso a insumos para produção e a comercialização dos seus produtos, além da escassa assistência técnica e escasso apoio das instituições públicas e privadas. A questão da dificuldade de acesso ao crédito ou o crédito com ‘amarras’ também se mostra presente, o que se repete em diversas partes do mundo, substituindo a autonomia por uma complexa rede de relações de dependência que interfere sobre toda a cadeia produtiva (PLOEG, 2010).

Para frear o desmatamento e aumentar os indicadores de qualidade de vida destas famílias é necessário implementar uma estratégia integrada de desenvolvimento que valorize a floresta (VIERA et al., 2005) e que leve em conta as dimensões social, ambiental, econômica e cultural no contexto de vida das famílias envolvidas, a fim de resgatar a autonomia e garantir a sobrevivência e a permanência dos agricultores familiares. Os sistemas de produção agropecuários baseados na agricultura convencional, ao invés de contribuir

para o desenvolvimento nos diversos âmbitos da sustentabilidade, geram impactos ambientais e sociais. A partir de um movimento de contraposição ao modelo convencional da agricultura moderna, a Agroecologia, segundo Caporal e Costabeber (2004), surge como um campo de conhecimento com caráter multidisciplinar, que parte do conhecimento local e o integra ao científico na construção de novos saberes socioambientais, destinados a apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura para estilos de desenvolvimento rural e agriculturas sustentáveis. Este processo é chamado de transição agroecológica e deve ser considerado a partir de um enfoque multidimensional para dar conta da realidade complexa e heterogênea da agricultura familiar e compreender as razões que movem alguns segmentos a aderir a processos de mudanças de tecnologias de produção e organização na direção da “ecologização” da agricultura (COSTABEBER, 1998). Uma ampla gama de ações tanto no âmbito interno quanto externo pode ser adotada no processo gradual de mudança nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas.

Neste sentido, os Sistemas Agroflorestais - SAFs, entendidos como sistemas que abrangem práticas que intencionalmente retêm ou plantam árvores na mesma unidade de terra usada para agricultura ou pastoreio, em uma mistura espacial ou sequência temporal (NAIR, 1993), por seu potencial de geração de renda a partir da produção em áreas mistas com florestas, se apresentam como uma alternativa promissora (SMITH et al., 1998). Poubel (2006) acrescenta que estes sistemas tem se mostrado como uma eminente prática de base ecológica em comparação com as práticas convencionais em monoculturas que normalmente geram impactos negativos nos ecossistemas, sendo que os SAFs tornam-se áreas reflorestadas com alimentos que recompõem a

biodiversidade local, geram progressiva autonomia para produção, consumo e renda do agricultor, propiciando assim, sustentabilidade alimentar, saúde e qualidade ambiental. Acrescenta-se que cerca de metade dos projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia tem como foco os SAFs (MMA, 2013b).

Apesar de haver diversas alternativas de produção é necessário que os diferentes pontos de vista e interesses dos agricultores familiares sejam ouvidos e representados para encontrar soluções que atendam às várias dimensões da sustentabilidade (SANTOS, 2005). A participação de seus sujeitos e a formação de alianças com uma ampla gama de agentes externos são elementos fundamentais na construção destas estratégias (VILLACORTA e RODRÍGUEZ, 2002). Sevilla Guzman (2013) evidencia a importância do emprego da abordagem participativa na Agroecologia, à medida que esta busca gerar dinâmicas de ação participativa a partir do interesse dos produtores, tal como eles próprios os definirem. Para o autor, o discurso dos atores vinculados ao processo produtivo deve ser desvelado pela Agroecologia através de técnicas qualitativas de pesquisa.

Em 2006 o Subprograma de Projetos Demonstrativos – PDA do Ministério do Meio Ambiente, através de seu componente Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas – PADEQ, que visa reduzir ou eliminar o uso do fogo no processo de produção agropecuária por meio de alternativas ao desmatamento e às queimadas, selecionou nove iniciativas nas regiões norte e médio norte do Mato Grosso, entre eles o Projeto “Entre Rios Sustentável”. Este estudo busca, através da abordagem da Agroecologia, analisar a efetividade deste programa como parte do processo de transição agroecológica em um assentamento no município de Nova Ubiratã MT.

Metodologia e comunidade envolvida

Dentre os nove projetos pertencentes ao PADEQ no eixo da rodovia BR163, no estado do Mato Grosso, o Projeto “Entre Rios Sustentável” foi escolhido por ter incorporado o componente agroflorestal como alternativa de produção no decorrer de seu desenvolvimento e por seus beneficiários terem se mostrado mais receptivos à pesquisa. A proposta de investigação foi apresentada ao grupo de beneficiários e o trabalho realizado com as dez famílias que mostraram interesse e se dispuseram a participar da pesquisa.

Inicialmente realizou-se uma sondagem no período de 20 a 26/07/2009, por meio da coleta de informações na prefeitura do município sede, entrevistas com profissionais dos setores de saúde, educação, serviços básicos e infraestrutura do assentamento, além de entrevistas com moradores da agrovila e dos lotes. A partir deste contato, foi elaborado um roteiro com perguntas-chave para as entrevistas semiestruturadas. Este tipo de entrevista consiste em uma importante ferramenta de pesquisa participativa que promove um ambiente aberto de diálogo, permitindo ao entrevistado se expressar de forma mais livre. As entrevistas são guiadas por um roteiro 10 a 15 perguntas-chave determinadas anteriormente (VERDEJO, 2006). As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas no período de 01 a 19/09/2009 e 12 a 20/07/2010, com cada uma das dez famílias de agricultores individualmente e em seus lotes. Antes de cada entrevista foi explicado que as informações obtidas através dessa pesquisa eram confidenciais e assegurou-se o sigilo sobre sua participação, também foi informado que os dados obtidos não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação e de sua propriedade. As perguntas abertas abordaram aspectos relativos ao projeto “Entre Rios Sustentável”, à situação ambiental, socioeconômica e aos aspectos da produção. Os itens estruturantes da entrevista

foram convertidos em categorias de análise, e o conteúdo das respostas foi tabulado de acordo com as diferentes categorias. Os roteiros respondidos foram interpretados e os resultados analisados de forma a alcançar o objetivo proposto.

O assentamento Boa Esperança I, II e III, conhecido como Entre Rios, localiza-se no município de Nova Ubiratã que dista 475 km da capital do estado, Cuiabá (Figura 1). O município pertence à Amazônia Legal na região de transição de Floresta Amazônica e Cerrado e integra a bacia hidrográfica do Rio Xingu com dois grandes afluentes na margem esquerda, o Rio Ronuro e Rio Von den Steinen. Localiza-se na área de influência da rodovia BR-163 e como um dos 36 municípios de Mato Grosso que mais desmataram em 2008, faz parte da Operação Arco Verde, que tem como objetivo a promoção de modelos produtivos sustentáveis nos municípios considerados prioritários para o controle e a redução do desmatamento na Amazônia Legal. De acordo com os estudos para o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Mato Grosso, esta porção leste do estado que contorna o Parque Indígena do Xingu apresenta fisionomias florestais muito alteradas, com forte pressão de desmatamento e avanço da fronteira agropecuária em sua direção rumo ao interior da floresta (MMA, 2013a). Isto coloca o município de Nova Ubiratã em uma posição estratégica, somado ao fato de abrigar parte das nascentes do Rio Xingu.

Distante 170 km de sua sede, Entre Rios foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em 1998. A área do assentamento é dividida em 408 lotes de 70 hectares cada e a agrovila, que apresenta como estrutura uma escola de ensino fundamental e médio, posto de saúde, pequenos mercados, oficinas mecânicas, postos de combustível, padaria e farmácia. A principal fonte de renda das famílias no assentamento é a madeira, que inclui desde o

emprego direto nas serrarias até a retirada das toras (lascas) de madeira do próprio lote e sua venda no mercado local, seguida pelo trabalho de diarista nas fazendas vizinhas, produção de arroz, pecuária em pequena escala e produção de alimentos para a subsistência, especialmente o plantio de milho, feijão, mandioca e abóbora e criação de pequenos animais, como galinhas e porcos. Os assentados fundaram em 1998, a Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios – APROGER, com o objetivo de organizar a distribuição dos lotes e tratar de seus interesses na relação com o INCRA e o poder público, sendo que todos os assentados eram associados. O perfil da associação se transformou pela reunião de associados preocupados com os problemas socioambientais do assentamento e contava, em

2010, com cerca de 40 associados. Um dos esforços na tentativa de solucionar estes problemas foi o Projeto “Entre Rios Sustentável” PADEQ/PDA/MMA (Figura 2) executado pelos próprios agricultores assentados através da associação.

O projeto foi desenvolvido entre 2006 e 2010 e teve como objetivos iniciais o reflorestamento de 80 hectares de matas ciliares e a implementação da apicultura como alternativa sustentável de produção de renda, envolvendo diretamente 50 famílias no reflorestamento e 70 famílias na atividade apícola, buscando beneficiar indiretamente, em função da disseminação dos resultados, as demais famílias do assentamento.

Em 2008, a partir do interesse de alguns participantes, houve o acesso ao Fundo Xingu, um



Figura 1: Localização do Assentamento Entre Rios

Fonte: Google Earth



Figura 2: Escritório da sede da APROGER

editais de pequenos projetos da Campanha Y Ikatu Xingu, vinculado ao Instituto Socioambiental. Intitulado “Experiências Agroflorestais na Entre Rios”, o projeto teve como objetivo complementar as ações do projeto PADEQ “Entre Rios Sustentável” em desenvolvimento, através da capacitação de 20 famílias de agricultores experimentadores para a implantação de sistemas agroflorestais e replicação destas experiências.

Resultados e Discussão

Os entrevistados informaram que não participaram das discussões para a elaboração do

Projeto “Entre Rios Sustentável”. De fato, membros da APROGER afirmaram que este projeto foi escrito por uma equipe da Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Ubiratã e trazido para o Entre Rios depois de aprovado. Isto demonstra que o projeto foi redigido partindo de uma premissa comum à extensão rural de inspiração difusionista, de que o desenvolvimento rural está atrelado à transferência tecnológica, e de que o sucesso do agricultor se dá na medida em que ele é capaz de adotar novas tecnologias. Nessa premissa, o agricultor possui condutas equivocadas que devem ser modificadas pela ação da extensão e, se a

adoção fracassa, é por incapacidade do agricultor de compreender a tecnologia que lhe é transmitida (ARAÚJO, 2000). Embora esse modelo difusionista tenha sido amplamente revisto do ponto de vista teórico a partir das críticas de Paulo Freire no final dos anos 1960, ainda não se vê o princípio dialógico plenamente incorporado na construção de projetos de extensão rural (COSTA, 2004). E, apesar do Programa PDA/PADEQ prever a participação direta do público alvo na elaboração e da execução dos projetos, apresentando, em sua concepção, um diferencial em relação aos demais programas de apoio ao desenvolvimento e conservação ambiental (MMA, 2013b), de acordo com os resultados da presente pesquisa, isto não foi possível para o Projeto “Entre Rios Sustentável”.

A Agroecologia, por outro lado, propõe o desenho participativo incluindo os vários atores, de métodos de desenvolvimento endógeno para o estabelecimento de dinâmicas de transformação na direção da sustentabilidade multidimensional (SEVILLA GUZMÁN e MIELGO, 2011). A participação na construção parece ser vital na efetividade de projetos como este, pois compreende que a apropriação de novas tecnologias é mediada pela cultura e pela experiência dos agricultores, bem como os torna sujeitos do processo (COSTA, 2004). É razoável supor que haja mais probabilidade de sucesso em projetos construídos a partir daquilo que os agricultores consideram prioritário, como indica a fala de um dos assentados:

“No próximo projeto tem que ver o que cada um quer. Tem que ver a vocação de cada um e lutar para fazer o que cada um quer.”

Em seus primeiros meses de execução, houve problemas de gestão e o mesmo passou a ser coordenado por duas lideranças do assentamento, excluindo-se a prefeitura do restante do processo. No que tange a apresentação do projeto aprovado,

os coordenadores informaram que foram feitas várias reuniões de apresentação e esclarecimentos aos interessados. Entre os entrevistados, cinco (5) disseram ter participado destas reuniões, dois (2) não participaram e três (3) não estavam no assentamento nessa época.

Apesar de não ter havido participação na elaboração do projeto, este parece ter vindo como uma possibilidade para aqueles que já planejavam iniciar um processo de transição agroecológica, porém não contavam com apoio suficiente. Muitas vezes as fontes de crédito vêm dentro de um pacote que pode incluir a aquisição de insumos como sementes, fertilizantes minerais e agrotóxicos, o que acaba por induzir o agricultor a adotar ou manter um estilo de agricultura convencional, dificultando ainda mais sua situação e ameaçando sua autonomia. (PLOG, 2010). De acordo com um entrevistado, quase a totalidade dos projetos elaborados para a aquisição de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para o assentamento foram feitos para criação de gado em manejo convencional.

O assentamento se encontra sob embargo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA desde 2008 devido às queimadas frequentes e ao desmatamento, agravando ainda mais a situação, pois muitos agricultores acessaram a primeira parcela do recurso do PRONAF para comprar gado ou implantar o pasto e não podem acessar a segunda parcela que está bloqueada, devido ao embargo já citado. Segundo um dos representantes da APROGER,

“a situação dos ‘pronafeados’ é crítica, 28 assentados pegaram uma parcela do PRONAF para fazer cerca e iriam pegar a 2ª parcela que ficou retida para comprar animais e produzir para pagar o financiamento, mas como não foi liberada a segunda parcela, estão sem saída”.

A falta de participação na elaboração da proposta parece não ser o único fator responsável pelas críticas internas e a saída de associados ao longo da execução do projeto em questão. Nas observações feitas em campo, notou-se que o projeto parece ter explicitado contradições e disputas já existentes dentro da associação.

Os entrevistados apontaram mais de um motivo pelo qual se interessaram e aderiram ao projeto, como mostra a figura 3. Assim, houve oito (8) ocorrências para interesse por apicultura e quatro (4) para plantio de árvores e variedade de mudas. Duas respostas explicitam a interferência do sujeito-pesquisador na escolha da resposta, dentro do repertório dos entrevistados: um agricultor disse que sua motivação era *“ter mais conhecimento”*; outro afirmou ter se interessado porque o projeto apresentava *“alternativas sustentáveis”* de

produção. Segundo um dos entrevistados, a produção do mel é uma fonte promissora de renda para os agricultores familiares e mostrou-se uma eficiente alternativa para produção que ajuda na conservação da floresta e no cuidado com o fogo,

“Quem tem abelha não bota fogo e quer ver as árvores, o pasto apícola crescer”.

Em relação às capacitações, os agricultores entrevistados julgaram que foram importantes para o desenvolvimento do projeto, sendo que seis (6) julgaram de alta importância, dois (2) de média importância, uma pessoa disse que tinha baixa ou nenhuma importância e outra não respondeu. Um dos informantes que avaliou os cursos como bons, adicionou que faltou acompanhamento na seca, período crítico para a atividade apícola. Quatro (4)

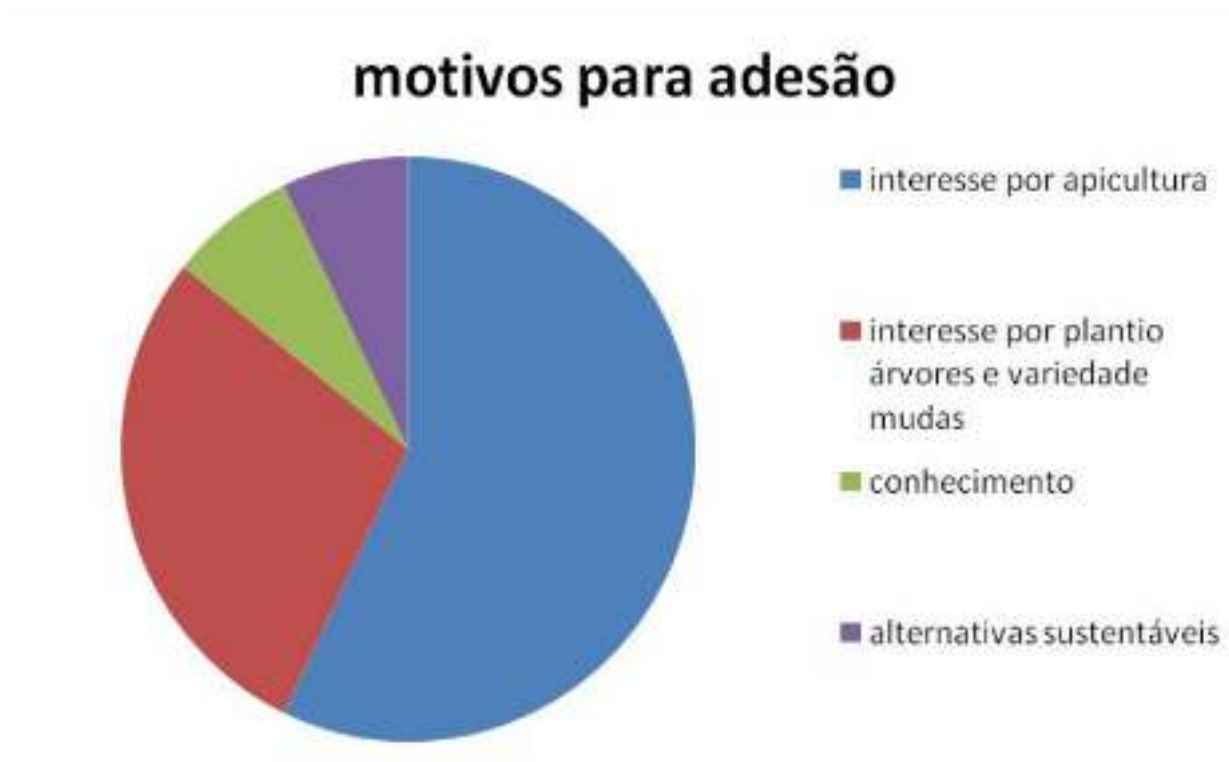


Figura 3: Motivos de adesão dos entrevistados ao projeto

entrevistados afirmaram terem aprendido técnicas novas de produção nas capacitações, um (1) disse não ter aprendido nada de novo, dois (2) disseram que aprendem mais sozinhos e três (3) acrescentaram que não estão utilizando as técnicas novas que aprenderam. Em relação às técnicas de reflorestamento e sistemas agroflorestais, quatro (4) pessoas disseram que aprenderam, três (3) afirmaram que não e três (3) afirmaram que aprendem mais sozinhos. Percebe-se ocorrências de desconfiança e/ou descrença na inovação, como apontam alguns depoimentos:

“Nós tivemos em quatro reuniões, teve duas que falamos que esse negócio de abelha não resolve pra nós”;

“Não tem jeito de plantar por causa do gado, não dá pra misturar abelha e planta com gado”.

Essas são respostas que nos levam a refletir sobre o peso do repertório cultural dos agricultores, pois tradicionalmente a exploração do lote inicia com a retirada da floresta, a queimada e implantação do pasto, mediando a adoção das técnicas. Ao lado de fatores como a avaliação que cada um faz do esforço necessário versus o benefício obtido com a nova técnica, há também a mediação cultural baseada na história e na biografia de cada um dos assentados, onde eles buscam referências para avaliar o que lhes é apresentado.

Quatro (4) entrevistados afirmaram que houve mudança na forma com que se relacionavam com a floresta.

“Antes alguns pensavam que servia só pra derrubar e fazer lenha e vender pra serraria e agora uns tão colhendo sementes pra reflorestar.”

O incentivo à continuidade e implantação de novos sistemas agroflorestais, fortalecimento e expansão da apicultura, assim como a comercialização de sementes de espécies nativas e outros produtos florestais não madeireiros, é de suma importância para diminuir a exploração da madeira e as queimadas no assentamento.

Abordando os aspectos de sucesso e fracasso do projeto, seis (6) entrevistados afirmaram que a apicultura teve sucesso, e um (1) afirmou que não; para quatro (4) informantes o reflorestamento e o plantio de mudas frutíferas foram bem sucedidos, e para dois (2) deles, não (Figura 4). Um entrevistado avaliou todo o projeto de forma negativa e na opinião desta pessoa, a iniciativa foi limitada a um grupo fechado de privilegiados, novamente explicitando contradições e disputas internas. Três (3) entrevistados apontaram a necessidade de acesso a mais recursos e quatro (4) ainda ressaltaram a importância de ações como essa serem feitas com base nas suas necessidades. Dois (2) agricultores também apontaram que, mesmo com alguns aspectos positivos na iniciativa, a capacidade de geração de renda, determinante para o sucesso de longo prazo, ainda é deficiente. Tendo em vista que muitos assentados dependem do trabalho de diarista em fazendas vizinhas, também relatam dificuldades em conciliar esse trabalho com as atividades desenvolvidas no lote.

Em relação à renda familiar, sete (7) pessoas disseram que o projeto contribuiu com o aumento, dois (2) afirmaram que não, e uma não respondeu. Porém, mesmo entre aqueles que perceberam aumento na renda, essa melhora foi pequena; dois completaram que é necessário melhorar a comercialização. Quando indagados a respeito das perspectivas de geração de renda após a finalização do projeto, dois (2) dos entrevistados se mostraram otimistas, um (1) acredita que depende de haver outro projeto, três (3) acreditam que permanece somente para os que estavam *“levando*

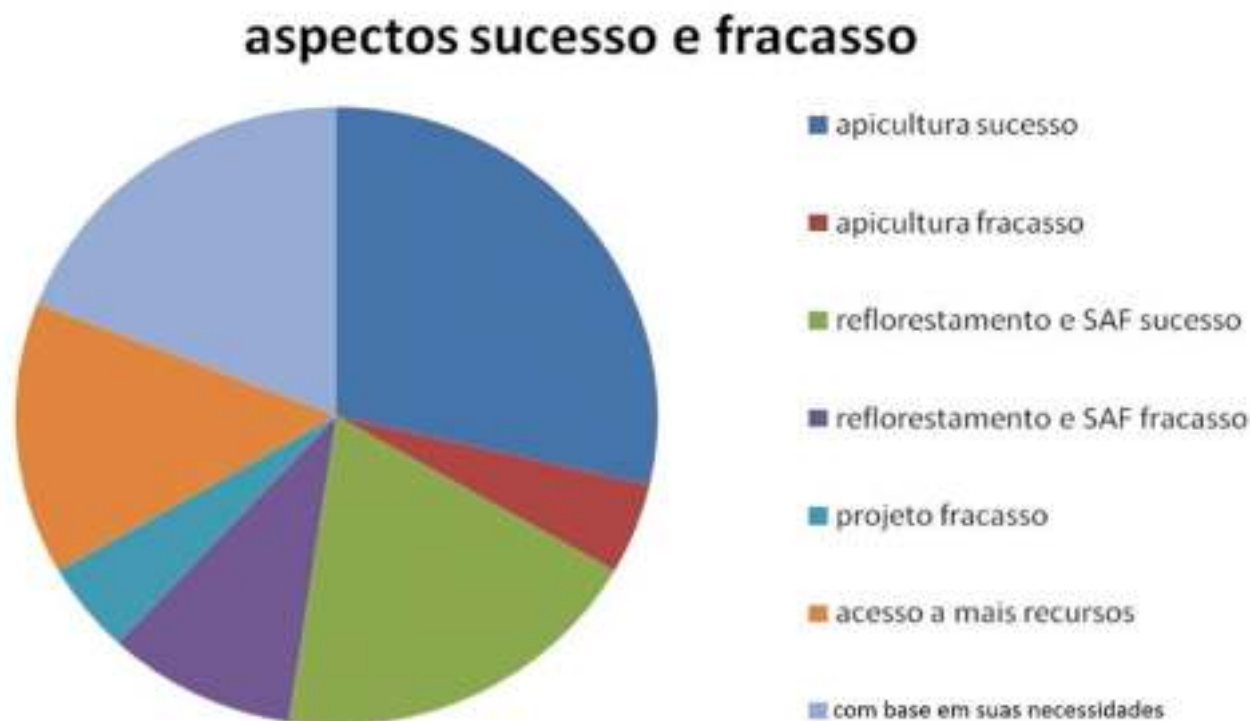


Figura 4: Aspectos de sucesso e fracasso do projeto segundo os entrevistados

as atividades a sério", dois (2) disseram que falta organizar a comercialização, e dois (2) não responderam. Um dos informantes, embora considere que quem está levando a sério vai continuar empenhado nas atividades, afirma que elas só terão sucesso a longo prazo se houver comercialização. No assentamento Entre Rios, muitos homens tem de recorrer a trabalhos temporários em fazendas da região ou nas serrarias para a composição da renda familiar e para investir em suas atividades agropecuárias.

Estas considerações apontam para a importância do acesso às políticas e programas de incentivo à comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar, o que é mais importante ainda no caso de comunidades distantes de grandes centros de consumo, como é

o caso de Entre Rios.

Seis (6) entrevistados afirmaram que houve melhorias em sua propriedade com o desenvolvimento do projeto, três (3) responderam que não houve e um (1) não respondeu a esta pergunta. Entre os que percebem melhoras na propriedade, três (3) apontaram o aumento da renda como principal fator de melhoria, três (3) apontaram que apesar da melhora, o sistema impõe algumas dificuldades: o manejo é mais trabalhoso, é preciso ajuda dos vizinhos no cuidado com as abelhas e, como a renda foi pequena, não houve sobra para reinvestimento.

A dificuldade de comercialização se mostra como um importante fator de desistência do projeto, assim relatado:

“Uns largaram o projeto, se afastaram porque ainda não estamos tendo renda.”

Os dados apontam que são necessárias ações que possam abranger toda a cadeia produtiva, do contrário a efetividade e a sustentabilidade do projeto podem ser comprometidas. A dificuldade de comercialização inclusive inibe alguns de empregarem as técnicas de apicultura e sistemas agroflorestais aprendidas e manter a produção, como expressou um dos entrevistados:

“Aqui (dentro do assentamento) o que você produz todo mundo tem, então não dá pra comercializar. Aí você desanima, porque tem aquela fartura e não pode fazer nada com aquilo e também precisa de dinheiro para outros fins.”

Aqui cabem políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos que, segundo Mattei (2007), tem como um dos objetivos

“facilitar o processo de comercialização no âmbito local, fortalecendo agricultores que produzem em pequenas quantidades e que estão enfrentando dificuldades para agregar valor à produção, através de mecanismos de comercialização nos próprios locais de origem”.

É necessário ampliar e facilitar o acesso a políticas públicas como esta.

Os entrevistados foram indagados sobre as formas de organização associativa antes do projeto. Dois responderam que havia organização, cinco (5) afirmam que sim, porém mal organizada e três (3) não souberam avaliar, pois chegaram ao assentamento após o início do projeto. Seis (6) julgaram que o PADEQ colaborou com a melhor organização da associação, três (3) não souberam

responder e um (1) afirmou que a situação da associação piorou em decorrência do projeto. Entre os que acham que o projeto ajudou a melhorar a associação, quatro (4) apontam que a despeito das melhorias, muitos deixaram de ser sócios e entre os que ficaram há críticas; três (3) consideram que embora a associação tenha melhorado, ainda precisa se focar mais nas necessidades de cada sócio (*“tinha que ver o que cada um precisa”*) e dois (2) destacaram o aumento do patrimônio como melhoria. Assim, parece que outro aspecto importante do projeto foi o fortalecimento da associação. Apesar de ter havido um grande número de desligamentos, dos 70 assentados que eram sócios no início do projeto restaram 40, o projeto permitiu que a associação se estruturasse. As falas de alguns entrevistados ilustram a situação:

“O PADEQ foi o coração da associação”;

“O PADEQ ajudou muito porque o pessoal tem que ter cooperativismo, quem tem interesse se junta, quem não tem interesse não adianta”.

A situação das famílias no assentamento Entre Rios é particularmente crítica devido à grande distância da sede do município e de outros centros urbanos para aquisição de insumos e comercialização de seus produtos, com estradas precárias e por vezes intransitáveis. Também convivem com a ausência de assistência técnica, com o impedimento de acesso ao crédito causado pelo embargo e a carência de apoio das instituições públicas e privadas em seu processo de transição agroecológica. Desde a criação do assentamento muitos agricultores saíram de seus lotes e de acordo com as informações da associação, estima-se que 20% das famílias assentadas inicialmente ainda permanecem, sendo

que há lotes que já estão na terceira ou quarta ocupação. Diante deste contexto, os próprios associados da APROGER se reuniram para construir uma proposta para o edital de apoio à consolidação de PADEQs bem sucedidos, PADEQ/PDA/MMA, esta segunda fase do projeto visa à consolidação da produção e comercialização de mel e ampliação dos sistemas agroflorestais e reflorestamentos implantados na primeira fase do projeto.

Considerações finais

Os fatos observados, como o alto índice de abandono dos lotes e a saída de parte considerável dos assentados do projeto, somados aos resultados da pesquisa, nos indicam que a participação é vital para se construir projetos que atendam às necessidades concretas e particularidades dos assentados, com maior capacidade de adesão e melhor entendimento sobre seu processo de gestão e desenvolvimento. No contexto da geração de renda, são necessárias várias ações empreendidas através de uma ampla rede de articulações que possam abranger toda a cadeia produtiva, do contrário a efetividade e a sustentabilidade de projetos como este podem ser comprometidas.

Devido às sérias dificuldades em que se encontram estas famílias e a alta taxa de evasão, as iniciativas de apoio ao processo de transição agroecológica, visando garantir a sustentabilidade e a permanência destas famílias no assentamento, são de suma importância. Os sistemas agroflorestais se apresentam como uma possibilidade promissora, à medida que propiciam o reflorestamento e a produção de alimentos simultaneamente, além de aumentar a biodiversidade local e gerar progressiva autonomia para produção, consumo e renda do agricultor. A abordagem participativa na construção e execução dos projetos, assim como a capacitação, inclusive

dos técnicos, e o apoio com o objetivo de implementar uma produção diversificada e de base ecológica de alimentos e produtos não madeireiros da floresta e a inclusão de ações voltadas para a comercialização parecem ser pontos-chave para o sucesso dessas iniciativas.

Agradecimentos

As famílias de Entre Rios que colaboraram com a pesquisa, à jornalista Gisele Neuls pelo grande auxílio em várias fases do trabalho e a CAPES por conceder a bolsa de estudos.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, I. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.53, p.71-86, 2005.
- CAPORAL, F.R. e COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004. 24 p.
- COSTA, L.M. Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia. Belém, 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará.
- COSTABEBER, J.A. Acción Colectiva y Procesos de Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. 422p. Tese (Doutorado) - Universidad de Córdoba.
- FASIABEN, M.C.R. et al. Estimativa de aporte de recursos para um sistema de Pagamento por Serviços Ambientais na floresta Amazônica Brasileira. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.12, n.2, p.223-239, 2009.
- FEARNSIDE, P. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazônica**, Manaus, v.36, n.3, p.113-123, 2005.
- FEARNSIDE, P. Desmatamento na Amazônia Brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.395-400, 2006.
- FERREIRA, A.M.M. e SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo:

- USP, v.19, n. 54, p.25-44, 2005.
- MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: antecedentes, concepção e composição geral do programa. In: **Avaliação de políticas públicas rurais**. 24, 2007, Brasília, DF. Cadernos do CEAM, 24: Núcleo de Estudos Agrários, UnB. 2007. n.24.
- MARGULIS, S. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003. 100p.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal**. Capturado em 10 jan. 2013a. Online. Disponível na internet <http://www.mma.gov.br>
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Subprograma de Projetos Demonstrativos-PDA**. Capturado em 10 jan. 2013b. Online. Disponível na internet <<http://www.mma.gov.br>>
- NAIR, P.K.R. **An Introduction to Agroforestry**. Dordrecht: Kluwer Academic, 1993. 513p.
- NOBRE, C.A.O. Aquecimento global e o papel do Brasil. **Ciência Hoje**. v.35, p.38-44, dez. 2004.
- PLOEG, J. D. van der. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.34-37, 2010.
- POUBEL, R. O. Hábitos alimentares, nutrição e sustentabilidade: agroflorestas sucessionais como estratégia na agricultura familiar. 2006. 141 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- SANTOS, A.D. **Metodologias Participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005. 195p.
- SEVILLA GUSMÁN, E. **La Agroecología como estratégia de transformación social**. Capturado em 06 jan. 2013. Online. Disponível na internet http://www.agroeco.org/socla/pdfs/la_agroecologia_como.pdf
- SEVILLA GUSMÁN, E. e MIELGO, A.A. **Reflexiones sociológicas sobre la Agroecología**. Capturado em 11 dez. 2011. Online. Disponível na internet <http://www.cifaed.es/archivos/publicaciones/19.pdf>
- SMITH, N.; DUBOIS, J.; CURRENT, D.; LUTZ, E. e CLEMENT, C. **Agroforestry Experiences in the Brazilian Amazon: Constraints and Opportunities**. The Pilot Program to Conserve Brazilian Rain Forest: Brasília, 1998.
- VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo, um guia prático**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2006. 62 p.
- VIEIRA, I.C.G.; SILVA, J.M.C.da e TOLEDO, P.M. Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.54, p.153-164, 2005.
- VILLACORTA, A.E. e RODRÍGUEZ, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, J.O. e ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. 116p.